

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 527 - Brasília, sexta-feira, 22 de agosto de 1997



Beni aceita mudanças na reforma da Previdência

Senador apresenta à CCJ a nova versão de seu substitutivo, que deverá ser votado na próxima quarta-feira

Cabral preside a reunião da CCJ em que Beni Veras (segundo à direita) apresentou parecer sobre as emendas de plenário à proposta de reforma da Previdência

A CCJ deverá votar na próxima quarta-feira a nova versão do substitutivo do senador Beni Veras à reforma da Previdência, elaborada em parecer, apresentado ontem, sobre as 49 emendas de plenário. O presidente da comissão, Bernardo Cabral, concedeu vista coletiva da matéria. No novo substitutivo, Beni Veras acolheu integralmente cinco emendas e, parcialmente, 10. Entre elas, a definição de que será isento de contribuição previdenciária o servidor que permanecer em atividade após cumprir os requisitos para aposentadoria. **Página 3**

Comissão aprova ensino de espanhol para nível médio

O ensino da língua espanhola será obrigatório nos estabelecimentos de nível médio em todo o país, segundo projeto do Executivo aprovado ontem pela Comissão de Educação, com base em substitutivo do senador José Fogaça. A comissão aprovou também várias outras matérias, inclusive a criação do Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro e a realização de audiência pública para discutir projeto de renda mínima associado a ações sócio-educativas. **Página 7**



A Comissão de Educação, presidida por Joel de Hollanda, apreciou várias matérias



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a visita do presidente do Banco Central, Gustavo Franco (foto), que veio apresentar a indicação de dois novos diretores para a instituição: Demóstenes Madureira, para a Diretoria de Assuntos Internacionais, e Sérgio Darcy, para a Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro. As duas indicações do presidente da República devem ser apreciadas na próxima semana pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Crédito especial de R\$ 104 bi é autorizado

A Comissão Mista de Orçamento autorizou o Executivo a abrir crédito especial de R\$104,24 bilhões, destinado a refinanciar dívidas estaduais. **Página 5**

"Os agricultores brasileiros não merecem e não podem mais conviver com esses lamentáveis procedimentos", alerta o senador

Jonas: governo não cumpre promessas com a agricultura

"Frustração", "protesto", "situação lamentável", "distorções" e "descaso" foram palavras usadas da tribuna, ontem, pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) para denunciar que a promessa do governo de gastar este ano R\$ 12 bilhões no setor agrícola não se vem concretizando.

Para ele, a situação se torna mais grave porque o Banco do Brasil, principal financiador da agricultura, só terá para emprestar ao setor R\$ 1 bilhão proveniente das exigibilidades bancárias (25% dos depósitos à vista do público no BB). Todos os bancos juntos só terão para o setor rural R\$ 5 bilhões oriundos dos depósitos bancários, conforme o senador.

- Este fato é profundamente grave, pois rompe um com-



Jonas: campo em desespero
promisso do governo federal e frustra os produtores rurais, que criaram expectativas e acreditaram na efetividade das dotações amplamente anunciadas - frisou Jonas Pinheiro. O senador afirmou que a frustração foi maior porque o anúncio de gastos de R\$ 12 bilhões este ano com a agricultura re-

presentava um aumento de 122% em relação ao aplicado no ano anterior.

Jonas Pinheiro afirmou que, no caso específico de Mato Grosso, "há verdadeiro desespero dos agricultores", porque não são liberados recursos suficientes dentro da Política de Garantia de Preços Mínimos.

- Os agricultores brasileiros não merecem e não podem mais conviver com esses lamentáveis procedimentos do governo federal. Apesar de integrar a base política de sustentação do governo, não posso me calar diante desse descaso com um setor que vem contribuindo para dar viabilidade e sustentação ao próprio Plano Real - assinalou.

Jonas Pinheiro pediu ao governo que reveja a situação com rapidez, para reverter a frustração dos produtores rurais.

Senado lança bibliografia da reforma agrária

A bibliografia *Direito Agrário e Reforma Agrária*, organizada pela Biblioteca do Senado, será lançada hoje, às 15h, no estande da Casa na Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro.

Na apresentação da obra, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, destaca a importância do livro como base para uma atuação política coerente e empreendedora na questão agrária, que, para ele, representa hoje

desafio grave a governos e instituições.

A obra lista 535 livros e 2.548 artigos de revistas e jornais que fazem parte do acervo de 15 bibliotecas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Plenário resolve o problema de 50 mil moradores de PE

O plenário do Senado aprovou projeto de lei, oriundo da Câmara, que resolve o problema de aproximadamente 50 mil pessoas que moram na área do Parque Nacional de Guararapes, nas proximidades de Recife, no município de Jaboatão dos Guararapes (PE). Em 1971, um decreto-lei tombou toda a área onde houve as batalhas históricas de expulsão dos holandeses do Brasil (1648-1649), mas não levou

em consideração quem já morava nas proximidades.

O projeto aprovado pelos senadores, que agora vai à sanção do presidente da República, permite que as populações que se encontram na área desde maio de 1991 possam receber documento garantindo direito real de uso dos imóveis. O relator da proposta, que apresentou parecer favorável, foi o senador Roberto Freire (PPS-PE).



Freire, relator da proposta que resolve problema de Guararapes

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

Segunda-feira (25.08.97)

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Terça-feira (26.08.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 75/93, que acrescenta dispositivos ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS do aposentado.

Quarta-feira (27.08.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

O tempo destinado à Hora do Expediente será dedicado a homenagear o 43º aniversário de falecimento do ex-presidente Getúlio Vargas. Oradores inscritos: senadora Emília Fernandes, senadores Valmir Campelo, Abdias Nascimento, Carlos Bezerra, Pedro Simon, Sebastião Rocha e Ronaldo Cunha Lima.

Ordem do Dia: apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Projeto de Resolução nº 83/97, que denega autorização ao município de Osasco para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de Osasco

(LFTMO), cujos recursos seriam destinados ao giro de sua dívida mobiliária com precatórios no 1º semestre de 1997; e "PEC nº 2/96, que trata da criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

Quinta-feira (28.08.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 25/95, que dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental no distrito de Joaquim Egídio, município de Campinas (SP)

Sexta-feira (29.08.97)

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

Segunda-feira (25.08.97) e terça-feira (26.08.97)

8h - Comissão Especial da Amazônia
Pauta: Seminário "Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia". Auditório da Sudam em Belém - PA

Terça-feira (26.08.97)

17h - Comissão Parlamentar sobre o Fenômeno "El Niño"
Pauta: Apresentação e votação do roteiro de trabalho. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacil da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

O relator Beni Veras acatou integralmente cinco emendas e parcialmente dez, mas em ambos os casos seu objetivo foi aperfeiçoar o texto do substitutivo examinado em plenário durante cinco sessões

CCJ vota reforma da Previdência quarta-feira

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota na próxima quarta-feira, 27, a nova versão do substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) à reforma da Previdência, elaborada em parecer sobre as 49 emendas apresentadas em plenário. O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), concedeu ontem vista coletiva da matéria. No novo substitutivo, Beni Veras acolheu integralmente cinco emendas, e, parcialmente, 10. As outras 34 foram, portanto, rejeitadas pelo relator.

O novo substitutivo acolhe integral ou parcialmente as emendas para aperfeiçoar a redação do texto, em alguns casos, e também para determinar, entre outras, as seguintes definições:

- estabelecer que a pensão por morte será igual ao valor dos proventos do servidor falecido, ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento;

- incentivar o servidor que complete os requisitos para requerer a aposentadoria a permanecer em atividade. Esse incentivo se dá por intermédio da isenção de sua contribuição previdenciária;

- explicitar que somente "no que couber" a aposentadoria

dos membros da magistratura e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40 (regras para o servidor civil);

- retirar a menção à cobertura obrigatória, pela Previdência Social, dos eventos decorrentes de acidente do trabalho e definir que lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado;

- explicitar quais as leis cuja revogação deve ser mantida e quais os dispositivos que continuam em vigor na questão relativa às aposentadorias especiais;

- estabelecer que serão incorporados ao salário, para efeito de contribuição previdenciária e repercussão em benefícios, todos os ganhos habituais do empregado, na forma da lei;

- explicitar que quem tiver cumprido os requisitos para a percepção de aposentadoria ou pensão, até a data da publicação da emenda, poderá exercer esse direito a qualquer momento.

O substitutivo de Beni Veras foi considerado "histórico" por Elcio Alvares (PFL-ES), para quem o relator demonstrou, na elaboração do texto, espírito de conciliação.



O presidente da CCJ, Bernardo Cabral, concedeu ontem vista coletiva do novo texto aos membros da comissão

Comissões examinaram 52 projetos

A semana que termina hoje foi de muito trabalho nas comissões do Senado, que apreciaram ao todo 52 projetos, aprovando 19 deles. Um projeto foi rejeitado e não houve conclusão sobre os outros 32, devendo continuar sua discussão nas próximas reuniões.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apreciou na quarta-feira 10 projetos, aprovando seis, entre eles um do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que garante o rito especial ao direito de resposta a ofensas veiculadas pelos meios de comunicação. Uma proposta de emenda constitucional do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), também aprovada pela CCJ, despolitiza a indicação de juízes para o TSE e para os TREs. A emenda transfere a competência dos ministros do STF para o presidente da República na indicação dos dois advogados que integram o TSE. E os advogados serão escolhidos em eleição secreta promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Outra proposta de emenda que recebeu votos favoráveis da CCJ, de autoria do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), prevê que, nos anos eleitorais, o recesso parlamentar de julho

será transferido para os 30 dias anteriores às eleições.

Já a Comissão de Assuntos Sociais apreciou na quarta-feira oito projetos, sendo aprovados três deles, incluindo um que obriga toda empresa com Comissão Interna de Prevenção de Acidentes a contratar técnico em segurança do trabalho. Foi ainda aprovado substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto que estabelece normas de utilização de cadáveres pelas escolas de medicina e de odontologia. Recebeu também votação favorável projeto que faz alterações na legislação sobre seguro-desemprego.

A Comissão de Educação analisou ontem 16 matérias, com aprovação de quatro. Uma delas prevê a obrigatoriedade do ensino de espanhol no ensino médio (ver matéria à página 7). Recebeu também votação favorável projeto que obriga a citação dos nomes dos dubladores em filmes.

Por sua vez, a Comissão de Assuntos Econômicos apreciou ontem 18 matérias, dando aprovação a seis, incluindo autorização para que a prefeitura de Por-

to Alegre contrate financiamento externo. Encontra-se também entre as propostas aprovadas autorização para que o governo firme contrato de empréstimo com o BID para um programa que integrará, por computador, o Ipea e instituições de pesquisa de políticas públicas (ver à página 4).

Além das atividades das comissões permanentes, durante esta semana a CPI dos Precatórios encerrou seus trabalhos. O resultado será encaminhado à Procuradoria Geral da Repú-

A semana nas comissões do Senado foi das mais profícuas em termos de reuniões e de votações de matérias de interesse de toda a sociedade

blica. Já a CPI que apura denúncias de trabalho de crianças reuniu-se quarta-feira para apresentação do relatório parcial. Esteve ainda reunida a comissão especial que examina sugestões sobre o endividamento de estados e municípios. Foi também instalada uma comissão parlamentar externa destinada a estudar medidas de prevenção dos problemas que podem ser provocados pelo fenômeno "El Niño" (aquecimento anormal das águas do Pacífico).

Uma semana de discussões importantes

Os trabalhos do plenário do Senado esta semana foram marcados pela discussão de matérias importantes, destacando-se duas propostas de emenda constitucional. Na segunda-feira encerraram-se a discussão, em primeiro turno, do substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) à reforma da Previdência Social e a discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS.

Na quarta-feira, o plenário aprovou projeto de lei da Câmara estabelecendo que os cartórios de protestos de títulos terão de seguir procedimentos idênticos. A proposição seguiu à sanção do presidente da República.

Na mesma sessão, o plenário decidiu, a requerimento dos líderes partidários, enviar para análise da CCJ o projeto de lei complementar do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que cria o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, destinado a financiar quem queira comprar até um módulo rural.

CAE aprova operação de crédito entre o governo brasileiro e o BID destinada a financiar a integração dos diversos órgãos oficiais e entidades privadas em um sistema de informações abrangente

Rede apóia planejamento de políticas públicas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, na manhã de ontem, parecer favorável do senador José Serra (PSDB-SP) a mensagem do presidente da República solicitando autorização para operação de crédito externo entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 25 milhões, destinados ao financiamento parcial do Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas.

O objetivo do programa, a ser executado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é integrar esse órgão com instituições federais e estaduais públicas e privadas, por meio de uma rede de informações. A rede disponibilizará um banco de dados que permitirá o uso de novos tipos de indicadores sócio-econômicos no preparo de estudos e pesquisas, fortalecendo a capacidade institucional do país para definir, planejar e executar políticas.

A comissão, presidida pelo senador José Serra, aprovou ainda parecer favorável do senador Gilberto Miranda (PFL-AM) a solicitação da



Senadores presentes à reunião de ontem da CAE aprovaram, ainda, matérias relativas ao estado do Piauí e às cidades de São Paulo e Porto Alegre

prefeitura de São Paulo para emitir Letras Financeiras do município, com a finalidade de girar sua dívida mobiliária vencível neste semestre.

Também foi acolhido pela CAE parecer favorável do senador Freitas Neto (PFL-PI) a solicitação do governo do Piauí para alterar a forma de pagamento dos contratos junto à Caixa Econômica Federal celebrados entre 22 e 29 de dezembro de 1995, relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$ 75,8 milhões.

As solicitações vão, agora, à deliberação do plenário do Senado.

Porto Alegre recebe R\$ 3,7 milhões para dois projetos

A Comissão de Assuntos Econômicos também aprovou ontem pareceres favoráveis do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a pedidos da prefeitura de Porto Alegre (RS) para contratar operações de crédito externo com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), com garantia da União.

O primeiro crédito, de US\$ 2,6 milhões, será destinado ao financiamento parcial do Projeto de Ampliação do Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre; o

outro, de US\$ 1,1 milhão, servirá ao financiamento parcial do Programa do Meio Ambiente Natural e Recuperação de Áreas Degradadas da Bacia do Arroio do Dilúvio.

Esse programa, conforme Pedro Simon, tem o objetivo de preservar o ambiente natural de parte da bacia, por meio da recuperação de áreas degradadas de suas margens e dos morros circundantes, com reassentamento das famílias que habitam a região de forma irregular e precária.

FHC deveria criar comissão anticorrupção, sugere Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu ontem, como medida eficaz, a criação pelo governo de uma comissão anticorrupção, seguindo o modelo da criada pelo ex-presidente Itamar Franco, o qual, conforme o parlamentar, reuniu pessoas de alto conceito para examinar qualquer suspeita de irregularidade em seu governo. "Essa é uma fórmula que me parece fantástica", disse o senador, observando que muitos dos integrantes da comissão só foram conhecidos por Itamar na hora da posse.

Ele afirmou que, como o presidente Fernando Henrique Cardoso conhece mais pessoas ilustres no país, podia nomear com base em seu próprio conhecimento os integrantes da comissão. E disse que foi por sua sugestão que Itamar Franco criou esse grupo de cinco notáveis, diretamente ligado ao gabinete presidencial, com autonomia para requisitar de qualquer órgão do governo eventuais assuntos suspeitos de irregularidade.

O senador celebrou o fato



Simon: Fernando Henrique teria facilidade para nomear a comissão

de o governo de Itamar Franco ter-se encerrado sem a mancha de um só escândalo. Ele destacou as várias vantagens de um grupo não-governamental com esses poderes, dizendo ser isso próprio de um governo que não tem nada a esconder.

Simon lembrou a disposição com que o então presidente Itamar Franco afastou seu chefe da Casa Civil quando lançaram suspeita sobre sua conduta, e acrescentou: "É por isso que não se poderá jamais dizer que o ex-presidente, por ação ou omissão, acobertou irregularidades em seu governo". Como exemplo da austeridade do ex-presidente, o senador assinalou também que, ao receber um dossiê apresentado na época pelo

então governador Antonio Carlos Magalhães, Itamar Franco prontamente o enviou para a análise da Comissão Anticorrupção.

Simon explicou que sua sugestão é uma atitude de quem olha para a frente, interessado em ver o Brasil sair da situação em que se encontra. Ele prega, para isso, a necessidade de um trabalho coletivo, com a participação de toda a sociedade. A propósito, elogiou a atuação das organizações não-governamentais nos países desenvolvidos, citando também o exemplo da CPI dos Precatórios, que, em sua opinião, mostrou ao país o que se deve fazer em relação à impunidade. Simon foi apertado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Plenário do Congresso Nacional votará o crédito especial que destinará mais de R\$ 103 bilhões para refinanciar as dívidas mobiliárias dos estados e R\$ 900 milhões para compensar os efeitos da Lei Kandir

Comissão aprova refinanciamento

Em sessão presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a Comissão Mista de Orçamento autorizou ontem o Executivo a abrir crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, nas rubricas "Encargos Financeiros da União" e "Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios", no valor de R\$ 104,24 bilhões. O projeto deverá ainda ser submetido à deliberação do plenário do Congresso.

Do total autorizado, R\$ 103,34 bilhões serão destinados ao refinanciamento das dívidas mobiliárias estaduais, condicionado aos parâmetros estabelecidos por duas medidas provisórias: a MP nº 1.560, que instituiu o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, e a MP nº 1.556, que instituiu o Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária.

Os R\$ 900 milhões restantes serão destinados a compensar estados e municípios pela perda de arrecadação do ICMS decorrente da Lei Kandir, que isentou desse imposto a exportação de produtos primários, produtos industrializados semi-elaborados e prestações de serviços ao exterior, e estabeleceu "concessão de crédito ao contribuinte que adquirir bens para o ativo permanente de sua empresa", conforme afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), autor do parecer favorável ao projeto do Executivo. A compensação será feita segundo os parâmetros definidos na lei complementar.

Como as duas MPs ainda não foram submetidas à deliberação do plenário do Congresso e como o governo primeiro enviou mensagem relativa exclusivamente ao refinanciamento e, depois, recolheu-a para reenviá-la com a inclusão do ressarcimento, a oposição tentou desdobrar o projeto em dois e autorizar apenas a compensação a estados e municípios.

Na opinião dos deputados



A reunião da Comissão Mista foi concorrida e polêmica

oposicionistas, a junção dos dois créditos especiais num mesmo projeto seria "uma manobra solerte do governo" para, em cima da urgência de compensar estados e municípios, aprovar "de cambulhada" a reestruturação das dívidas estaduais,

matéria cujo mérito eles gostariam de analisar em pormenor. Do ponto de vista do Legislativo, segundo eles, a aprovação do refinanciamento significaria também aprovar antecipada-

mente as MPs. Por 32 votos contra um, a maioria rejeitou o desdobramento proposto em verificação de *quorum* requerida pela oposição, que se retirou em peso da sala de reuniões no momento da votação.

Alcântara enaltece novos parâmetros

Os parâmetros estabelecidos para o refinanciamento das dívidas mobiliárias estaduais corrigirão os atuais rumos do endividamento de estados e garantirão o equilíbrio das contas públicas como um todo, necessário à manutenção da estabilidade econômica, afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) em seu parecer favorável ao projeto de reestruturação das dívidas estaduais, aprovado ontem.

Alcântara salientou que, mediante a emissão de títulos do Tesouro Nacional ou a securitização das dívidas estaduais, por meio dos quais se fará o refinanciamento, o Executivo busca, ao mesmo tempo, eliminar as fontes primárias dos desequilíbrios fiscal e financeiro dos estados.

Desse modo, conforme disse, os contratos a serem firmados com as unidades da Federação conterão, obrigatoriamente, metas e compromissos referentes à relação entre dívida financeira e Receita Líquida Real; à diferença entre receitas e despesas não-financeiras; às despesas com o funcionalismo público; à arrecadação de receitas próprias; à privatização, permissões ou concessão de serviços

públicos, reforma administrativa e patrimonial; e às despesas de investimentos em relação à Receita Líquida Real.

Para evitar que o refinanciamento não resolva o problema dos déficits fiscais dos estados, o projeto conta com as MPs nº 1.556 e 1.560, segundo o senador.



Alcântara: parecer favorável e defesa

Assim, explicou em seu parecer, "enquanto a dívida financeira do estado for superior à sua Receita Líquida Real anual", a unidade federativa não poderá emitir títulos públicos, exceto para precatórios judiciais. Além disso, os estados só poderão contrair novas dívidas, inclusive empréstimos externos, se cumprirem as metas relativas à dívida financeira estabelecida no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados. Finalmente, não poderão atribuir a suas ins-

tituições financeiras a administração de títulos estaduais e municipais junto a centrais de custódia de títulos e valores mobiliários.

Conforme Lúcio Alcântara, as dívidas estaduais serão refinanciadas em 360 prestações mensais, calculadas à base da Tabela Price e fixadas em limites a serem estabelecidos para cada estado. Serão atualizadas pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, com juros calculados e debitados mensalmente à taxa mínima de 6% ao ano sobre o saldo devedor atualizado, continuou.

- Na hipótese de não observância das metas e compromissos estabelecidos no programa, os encargos financeiros originalmente pactuados serão substituídos pelo custo de captação da dívida mobiliária federal, acrescido de 1% ao ano, enquanto durar o descumprimento - destacou o senador em seu parecer.

Ainda conforme o relator, os contratos de refinanciamento entre União e estados poderão, extraordinariamente, prever a amortização das dívidas pela alienação de ativos de natureza financeira, bens, direitos e ações, a serem cedidos à União pelos estados.

Crédito também para encargos financeiros da União

O plenário da Comissão Mista de Orçamento também autorizou ontem a abertura de crédito suplementar, no Orçamento Fiscal, para encargos financeiros da União administrados pelo Ministério da Fazenda. Esses encargos referem-se a despesas com o pagamento de juros e principal das dívidas internas contratadas por estados, municípios e Distrito Federal, assumidas pela União em 1993 (Lei nº 8.727). Os recursos, provenientes de excesso de arrecadação, totalizam R\$ 621,95 milhões.

Em outro projeto aprovado, o Executivo foi autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social no valor de R\$ 105,37 milhões, destinados aos ministérios dos Transportes (R\$ 87,4 milhões, sendo R\$ 966,8 mil para despesas médicas e odontológicas da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre e R\$ 86,38 milhões para o Fundo da Marinha Mercante financiar comboios fluviais a serem utilizados nas hidrovias dos rios Araguaia, Tocantins e Madeira); de Minas e Energia (R\$ 12,9 milhões para o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM); e da Ciência e Tecnologia (R\$ 5,08 milhões).

Outro crédito suplementar aprovado, este ao Orçamento Fiscal e no valor de R\$ 3,12 milhões, será destinado à Justiça Eleitoral, para a construção do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Finalmente, o Executivo foi autorizado a abrir crédito especial, no Orçamento Fiscal, para o Estado-Maior das Forças Armadas no valor de R\$ 401,5 milhões, destinados à manutenção de atividades de recrutamento.

Encontro de Fernando Henrique com Carlos Menem amanhã na capital paraguaia será o momento certo, segundo o senador

Maldaner pede entendimento entre presidentes em Assunção

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) espera que os presidentes do Brasil e da Argentina, ao se reunirem em Assunção, no Paraguai, amanhã, encontrem no bom senso e no diálogo as formas que contornem os impasses entre as duas nações, "evitando que uma crise se alastre pelo continente, fazendo retornar um período de dúvidas e de desconfiança entre os dois países".

Maldaner entende que "o pomposo título de aliado principal não-membro da Otan", concedido pelos Estados Unidos à Argentina, "veio criar animosidade en-



Maldaner: apelo ao bom senso

tre os países-membros do Mercosul, pois a Argentina sentiu-se, a partir deste momento, autorizada a reivindicar a vaga no Conselho de Segurança da ONU".

Essa atitude da Argentina, disse Casildo Maldaner, "rompe um acordo diplomático daquele país com o Brasil, segundo o qual nenhum dos dois países faria campanha aberta pela vaga até que se aproximasse a hora de definições sobre as mudanças no conselho".

- É fundamental nesse momento que alguns parceiros do Mercosul não se deixem levar pelo canto da sereia do Tio Sam. Esperamos que seus membros saibam contornar essa e quaisquer outras divergências, não permitindo que os avanços de uma década sejam perdidos - afirmou.

Benedita: EUA fazem tudo pela hegemonia

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou ontem que o convite do governo norte-americano à Argentina para participar da Otan (Tratado do Atlântico Norte) teve o objetivo de "desmontar o processo de unificação e fortalecimento das economias dos países do Cone Sul, usando o vírus da discórdia".

- O gigante abriu seus braços, desta vez sem qualquer pudor, e, sorratamente, busca jogar a Argentina e Brasil um contra o outro para enfraquecer e desmantelar o Mercosul, isolar-nos, separar-nos e manter sua hegemonia.



Benedita: manobra sorrateira

Benedita da Silva espera que os presidentes do Brasil e da Argentina busquem, diretamente, um entendimento: "Que não se deixem influenciar por esse maquiavelismo, que reconheçam que o essencial é dar continuidade ao pro-

cesso de fortalecimento da economia sul-americana, que só será concretizado a partir da plena implantação do Mercosul", afirmou.

A senadora lembrou discurso que fez concitando os países latinos a permanecerem "firmes no compromisso com a paz e o desenvolvimento", recentemente, quando os Estados Unidos suspenderam o embargo à venda de armamento para a América Latina. "Podia-se perceber naquela decisão norte-americana um céu de nuvens densas, prenunciando uma zona de grande turbulência. Infelizmente esses temores não eram infundados", disse.

Arruda elogia reportagem da Time

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) celebrou a matéria de capa que a revista norte-americana *Time* publicou sobre o Brasil, aplaudindo o fato de o país não estar mais limitado às páginas policiais e de esporte, mas sendo reconhecido por suas mudanças econômicas. Segundo ele, a revista menciona todos os riscos que o presidente Fernando Henrique está enfrentando para fazer "essa revolução"

com uma inflação inferior a 7% ao ano.

Arruda explicou o quanto é importante que uma revista com o conceito da *Time* informe a seus leitores sobre as reformas conduzidas no Brasil e sobre os custos dessa mudança. Ela reconhece que "o país está se modernizando rapidamente, oxigenando sua economia e saltando os obstáculos conservadores". Afirmou também que o Brasil atrai hoje 15

vezes mais recursos externos do que quatro anos atrás, "e tudo isso num regime democrático".



Arruda: espaço nobre para o Brasil

Calheiros defende projeto que mantém criança na escola

Ao defender projeto de sua autoria instituindo a bolsa-cidadão, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) disse ontem que, frente à globalização, o "capital intelectual" impõe-se como fator decisivo "para a produtividade, a riqueza das nações e a democratização das oportunidades de trabalho e bem-estar social".

Tramitando em conjunto com vários outros projetos de teor assemelhado e cuja relatoria está a cargo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a bolsa-cidadão, além da comprovação obrigatória da frequência dos filhos à escola, prevê que as famílias participem de programas municipais comunitários de assistência à saúde materno-infantil e se matriculem em projetos de aperfeiçoamento de mão-de-obra. O projeto, a seu ver, permitirá que crianças e adolescentes precocemente arrancados das salas de aula para o subemprego voltem a estudar.

O senador apontou que o go-

Abdias aplaude ensino religioso pago pelo Estado

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) elogiou ontem a recente mudança introduzida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que determina remuneração para o professor de religião.

- O ensino religioso é parte integrante essencial na formação do ser humano como pessoa e cidadão, estando o Estado obrigado a promovê-lo, não só pela previsão de espaço e tempo na grade curricular do ensino fundamental público, mas também pelo seu custeio, quando não se revestir de caráter doutrinário ou proselitista - acrescentou.

Para Abdias, a modificação naquela lei fez "coincidir as intenções dos poderes Legislativo e Executivo", ao obrigar o Estado a custear o ensino religioso nos sistemas educacionais que quiserem oferecer-lo.



Calheiros: aula, em vez de trabalho

verno federal está consciente de que a educação brasileira inspira preocupação pois, combinada à pobreza, potencializa um círculo vicioso que produz um contingente enorme de desqualificados profissionais. Associado às desigualdades regionais, afirmou, o círculo vicioso explica o 93º lugar do Brasil no ranking de 1996 do índice de desenvolvimento humano, variável educação, feito pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).



Abdias: essencial à formação

Abdias Nascimento ressaltou que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece normas para a habilitação e admissão dos professores, além de definir os conteúdos do ensino religioso através de consulta a diferentes entidades religiosas. Em aparte, ele recebeu os cumprimentos do relator do projeto, senador Joel de Hollanda (PFL-PE).

Comissão de Educação aprova projeto do Executivo, com base em substitutivo do senador José Fogaça. Implantação será gradativa e de acordo com normas a serem baixadas por conselhos dos estados e do DF

Ensino médio terá aula de espanhol

A obrigatoriedade da inclusão do ensino da Língua Espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino médio em todo o país é o que estabelece projeto de iniciativa do Executivo aprovado ontem pela Comissão de Educação, com base em substitutivo apresentado pelo relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS).

Conforme o substitutivo, a implantação daquela disciplina será gradativa e de acordo com normas a serem baixadas pelos conselhos de Educação dos estados e do Distrito Federal, levando em conta as condições e peculiaridades de cada unidade federativa. O projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados, será submetido ao plenário do Senado.

Na mesma reunião, presidida pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), a comissão aprovou outro parecer de Fogaça favorável a projeto de autoria da deputada Cidinha Campos que obriga a menção do nome do dublador no crédito da apresentação de filmes exibidos por emissoras de televisão e salas de projeção cinematográfica. A medida contida na proposição, que vai ao exame do plenário da Casa, estende-se a desenhos animados e documentários.

A Comissão de Educação acolheu ainda substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto de autoria do deputado Maurício Requião determinando que, para receber recursos relativos aos programas de merenda escolar e do livro didático, bem como do leite, os estados, o Distrito Federal e os municípios "não dependerão de comprovação da adimplência perante o governo federal".

O projeto prevê, no entanto, que aqueles recursos não serão transferidos quando for constatada irregularidade na administração ou prestação de contas das despesas realizadas com os referidos programas. A matéria também vai ao plenário.



A Comissão de Educação aprovou ontem diversas matérias, inclusive a criação do Prêmio Darcy Ribeiro

Darcy dá nome a prêmio

A Comissão de Educação, em reunião presidida pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), aprovou ontem parecer favorável a projeto de resolução de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que institui o Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro, destinado a homenagear pessoa física ou jurídica que tenha oferecido contribuição relevante à causa educacional brasileira.

A proposição foi relatada pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM) e estabelece que o prêmio será conferido anualmente pelo Congresso

Nacional em sessão convocada com essa finalidade. A sessão será realizada sempre no primeiro dia útil após o dia 26 de outubro, data de aniversário do ex-senador.

O projeto foi apresentado em 1996 - antes do falecimento de Darcy Ribeiro -, tendo Sebastião Rocha justificado a iniciativa de homenagear o então senador, por meio daquele prêmio, com o argumento de que "é difícil, senão impossível, abordar o tema da educação nacional sem falar da vida e dos feitos desse grande intelectual e homem público em favor da escola

brasileira".

Por sua vez, Jefferson Péres destacou em seu parecer que "constitui tarefa difícil salientar os méritos de Darcy Ribeiro, tão multifacetada é a sua obra". Na opinião do senador, nada mais justo que homenagear com esse prêmio a memória de Darcy Ribeiro, "semeador de universidades em vários países, especialmente no Brasil; idealizador e realizador de importantes inovações no ensino fundamental; relator da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação", entre outras realizações.

Rocha celebra aprovação de proposta

O senador Sebastião Rocha anunciou em plenário que a Comissão de Educação aprovou seu projeto de resolução criando o diploma de mérito educativo Darcy Ribeiro para premiar as pessoas físicas ou jurídicas que se destacarem na área educacional.

Ele disse que sua iniciativa já está aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, devendo ser brevemente submetida à deliberação do plenário. Conforme o senador, a proposta não encerra nenhuma polêmica e deverá tramitar com a celeridade necessária, a fim de ser aprovada até o dia 16 de



Rocha: otimismo com prêmio

outubro.

Sebastião Rocha lembrou que Darcy Ribeiro ainda estava vivo quando ele teve a idéia de apresentar esse projeto de resolução, a fim de premiar anualmente quem se destacar

Audiência pública vai analisar a renda mínima

A Comissão de Educação (CE), presidida por Joel de Hollanda (PFL-PE), aprovou ontem requerimento da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) solicitando a realização de audiência pública na comissão para discutir o projeto oriundo da Câmara que autoriza a concessão de apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem programa de garantia de renda mínima associado a ações sócio-educativas.

A audiência pública será realizada nesta terça-feira, após a Ordem do Dia do plenário da Casa, e deverá contar com a participação do professor Antônio Maria da Silveira, da FGV; governador Cristovam Buarque, do Distrito Federal; pesquisadores Lena Lavina e Andre Urani, da Fundação Ipea; ex-prefeito de Ribeirão Preto (SP) Antonio Paloci; pesquisadora Sônia Draibe, da Unicamp (SP); e pesquisador Samir Cury, da FGV.

CONCESSÕES

Na mesma reunião, foram aprovados pareceres favoráveis à renovação das concessões para as seguintes emissoras: Rádio Difusora Taubaté Ltda. (SP), Rádio Vale do Salgado (Lavras da Mangabeira-CE), Televisão Cidade Verde Ltda. (Cuiabá), Rádio Alterosa de Calçado Ltda. (ES) e Rádio Poço Verde FM Ltda. (Ipubi-PE). As matérias serão agora submetidas ao plenário.



Emília: requerimento aprovado

Senador pede tempo para Casa examinar lei eleitoral, após 60 dias de horário gratuito e condena presença de governadores-candidatos em inaugurações

Campos quer 90 dias para campanhas

O senador Júlio Campos (PFL-MT) alertou ontem para a necessidade de o Senado analisar com atenção alguns itens do projeto da lei eleitoral, o qual, a seu ver, poderá chegar à Casa "na última hora". Ele entende que o período de campanha precisa ser de no mínimo 90 dias e o horário gratuito destinado às mensagens partidárias deve ocorrer pelo menos por 60 dias, "como vem reivindicando a oposição nas duas Casas do Congresso Nacional".

Na sua opinião, nos estados de pequena extensão territorial ou bem servidos pelos meios de comunicação pode ser realizada campanha com menor prazo. Entretanto, em

estados grandes, como Amazonas, Mato Grosso e Pará, "é de vital importância" um tempo maior para a campanha e para o horário gratuito.

Júlio Campos admitiu como corretas opiniões expostas em aparte pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Assim, manifestou-se favorável a que o candidato se apresente ao vivo nos horários gratuitos de rádio e televisão, considerando que hoje existe "uma verdadeira indústria" de publicidade nas campanhas eleitorais.

O senador apoiou ainda a idéia de que o presidente da República e governadores não participem de inaugurações nos últimos 60 dias da



Campos: campanha de 90 dias

campanha. Mas afirmou que apoiará Fernando Henrique, "que não precisa usar as máquinas das inaugurações para ser reeleito".

Respondendo a questões levantadas em aparte pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC), Júlio Campos disse ter sido um "blefe" a idéia que circulou no Congresso, antes

da votação da matéria, de que a emenda da reeleição obrigaria os governadores e prefeitos a se desincompatibilizarem para concorrer a um novo mandato.

No mesmo pronunciamento, Júlio Campos congratulou o senador José Sarney (PMDB-AP) "pelo corajoso pronunciamento" feito quarta-feira da tribuna, em que acusou os EUA de tentar boicotar o Mercosul, criando atritos entre Brasil e Argentina.

Campos fez um apelo ao presidente Fernando Henrique e ao ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, para que o estado de Mato Grosso não seja excluído do projeto do gasoduto Brasil-Bolívia.

Palmeira: futuro da Previdência preocupa

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) considerou ontem que o aumento da expectativa de vida dos brasileiros trará "consequências drásticas" ao atual sistema previdenciário do país. Ele destacou o fato de o censo demográfico de 1996 ter detectado uma combinação de queda da taxa de natalidade e de fertilidade, o que está provocando o acelerado envelhecimento da população.

Na opinião de Palmeira, a proposta de reforma da Previdência em exame no Senado constitui um grande avanço. "Mas não podemos esquecer que mesmo essa alternativa importará em muitos anos de notórias e candentes injustiças, já que quase 80% dos beneficiários recebem apenas um salário mínimo de aposentadoria ou pensão", ressaltou.

O senador lembrou que, mesmo com a transferência, para outras áreas do Estado, dos serviços que a Previdência prestava, e com o constante aumento da arrecadação, o déficit e o desequilíbrio financei-



Palmeira: criação de um fundo

ro não deixaram de crescer.

Palmeira defendeu o uso do FGTS, do PIS/Pasep e do FAT nas privatizações, no mercado mobiliário e em inversões produtivas, como forma de constituir a reserva técnica dos futuros aposentados. Conforme explicou, esses recursos são "crescentemente esterilizados" pela diferença entre seus rendimentos de 3% ao ano e a inflação, além da perda de seu valor pelos sucessivos confiscos e ajustes econômicos.

Em aparte, o líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), considerou que o substitutivo de Beni Veras (PSDB-CE) é "uma das maiores contribuições do Senado ao país".

Suassuna condena a renúncia fiscal no NE

Os estados do Nordeste perdem por ano R\$ 430 milhões decorrentes de renúncia fiscal, afirmou ontem em plenário o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), baseado em estudo do deputado federal Paulo Bernardo (PT-PR). Para se obter essa cifra, o deputado usou dados da Receita Federal sobre o quanto a região deverá receber em incentivos e o quanto deixará de ganhar em repasses federais por causa de benefícios tributários.

O Sudeste, a região mais rica do país, é que mais ganha, ficando com R\$ 5,5 bilhões de saldo positivo. Essa constatação contradiz a crença de que as regiões mais pobres são as mais beneficiadas. Na verdade, enquanto os estados pobres levam a fama de se beneficiar, o fato é que perdem mais que ganham - assinalou.

De acordo com Ney Suassuna, o mesmo levantamento do deputado petista indica que os incentivos ao Nordeste devem chegar a R\$ 2,14 bilhões



Suassuna: prejuízo ao Nordeste

ao ano, enquanto o total de repasses a que a região teria direito sem a renúncia fiscal alcançaria R\$ 2,57 bilhões - a diferença entre esses valores é a perda de R\$ 430 milhões apontada pelo estudo.

Depois de lembrar que a Constituição determina que a política governamental deve reduzir as desigualdades regionais, o senador defendeu que se reverta urgentemente a tendência constatada pelo deputado. "Para isso, é preciso conhecer melhor a realidade da renúncia fiscal no país. A sociedade tem direito de ser informada a respeito dos reais efeitos dos benefícios fiscais", assinalou.



Ademir: trabalho reconhecido

Ademir cobra apoio à cultura de cacau no PA

O governo federal deveria alocar mais recursos para o trabalho de suporte à cultura do cacau desenvolvido no Pará pela Ceplac, sugeriu ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA).

De acordo com o senador, a Ceplac implantou numerosos programas de assistência técnica e creditícia que, além de capacitar os agricultores, aumentaram a produtividade e aprimoraram a qualidade do cacau da região Norte. "Mais de 3 mil agricultores foram beneficiados", afirmou.



Ramez Tebet elogia a LDB

Conselho aprova universidade de Mato Grosso

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) registrou ontem que o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul consagrou na quarta-feira, definitivamente, a criação da universidade desse estado.

De acordo com Tebet, o fato mostra o acerto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que passou aos estados atribuições relativas ao funcionamento das universidades.